

Marcas de nascença, ruínas e reinvenção: traçados clínico-políticos em psicanálise

Paula Goldmeier¹

RESUMO

Pensar os percursos psicanalíticos a partir das dobras de e sobre si nos exige a coragem de adentrar os salões vazios onde a interrogação ética muitas vezes repousa debaixo dos lençóis brancos que pretendem deixar intacta a mobília e preservar uma iconografia. Mas, sem correr riscos de perder pompa e brilho, é possível tirar do silêncio e chamar à dança os que (re)clamam por um lugar de escuta?

Palavras-chave: Psicanálise. Ética. Clínica-Política.

1 PAUSA: PARA QUE(M) SE ESCREVE? OU A IMPORTÂNCIA DE SABER AO QUE SE RESISTE

“Viver é muito perigoso... Porque aprender a viver é que é o viver mesmo... Travessia perigosa, mas é a da vida. Sertão que se alteia e abaixa... O mais difícil não é um ser bom e proceder honesto, dificultoso mesmo, é um saber definido o que quer, e ter o poder de ir até o rabo da palavra.”

(Guimarães Rosa)

Vencer a inibição da página branca, que se coloca como afronta e ameaça: um infinito de tantos possíveis diante da nossa existência, sempre limitada e cindida. Lidar com a letra que corta o vazio, que encerra e mancha a totalidade alva.

¹ Membro provisório do CEPdePA.

Assumir a responsabilidade pelo que se desdobra dessa mácula original. Acusar a queda e recusar o ideal. Escrever porque é demandado, não só pela exigência parcial de uma ou outra titulação, mas pela necessidade de fazer furos no real. Ou, talvez melhor, de esgaçar os limites desse traço para, diante de tantos buracos, contorná-los com algum afago para o amparo possível.

A escrita é sempre exercício: do corpo e do pensamento. Uma experiência de mergulho, naquele rio de Heráclito, que nunca é o mesmo. Como no dizer freudiano, a transitoriedade do mundo em sua beleza e sua vastidão que – paradoxalmente – também nos exige afirmar a finitude e o desmoronamento das formas (FREUD, 1916 [1915]). O contato com as letras que se colocam sob custódia de intensidades narrativas e acenam para a liberdade de outras escrituras, territórios do conhecer e do criar, inclusive a si mesmo, na possibilidade de, ao assumir o limite, também ampliar-se.

O tema da presente monografia, especificamente, tem um intuito particular. Ele surge da insistente necessidade da autora, na esteira das escritas anteriores exigidas à formação em psicanálise, de tensionar o saber-fazer psicanalítico sobretudo pelo desejo de atenuar dissonâncias entre o que busca e o que é possível de encontrar.

Encontro que, mesmo sempre faltoso, tem na alteridade sua premissa e, assim, convida-nos a sair da paralisia do si mesmo, desde que não incorramos na armadilha especular que nos aprisiona na cegueira do deslumbramento.

Dessa forma, o percurso formativo pode ser, em vários meandros, esse outro – mais um – quando apostamos no endereçamento de narrativas para sair da alienação. Fazer experiência e transformar o mundo a partir da artesanaria – da letra – do que se des.cobre e des.dobra de si. Seguir as pistas e desestabilizar sentidos para remontar um passado em que o inesperado e o intempestivo permitem abrir caminhos por onde trilhar novos futuros possíveis. Conhecer e criar como gestos que se conjugam nos movimentos e nos perigos do viver.

“O mundo remete ao texto, assim como o texto remete o mundo à afirmação do mundo.”

(Maurice Blanchot)

2 SUSPIRO: PRINCÍPIOS ÉTICOS E SUSSURROS SOBRE AS ORIGENS

“Até onde no passado conseguimos nos situar? No pensamento de alguns povos africanos é consenso que depois de sete gerações não conseguimos mais distinguir entre história e mito.”

(J. M. Coetzee)

O tema do presente escrito percorre inquietudes que insistem em relançar questões à construção de psicanalista da autora. São referenciais constituídos especialmente no trânsito pela academia, que deixam como legado a iniciação na psicanálise implicada – desde sua origem – com o contexto no qual se insere, potente em seus traçados de margens permeáveis ao atual.

Desde as primeiras lições acerca da teoria freudiana, as reflexões sobre os efeitos da cultura na clínica e os desdobramentos dos discursos psicanalíticos na matriz cultural da sociedade acompanham esse percurso. Entende-se, portanto, que os traços deste trabalho nascem num território atravessado pelos encontros com o campo do social e dos direitos humanos, permeado de múltiplos e distintos diálogos da psicanálise com outros saberes. Pois, ainda que possamos pensar que a psicanálise tenha – em si – inscrita a questão do social e dos direitos humanos, esses temas nomeiam, hoje, campos de atuação e teorização com práticas e discursos particulares e característicos. Assim, sem considerar como algo dicotômico, acredito que expanda o movimento do pensamento psicanalítico considerar algumas questões levantadas à luz característica da especificidade desses outros olhares.

O desafio que se coloca é sobre como habitar os paradoxos e as marcas de uma composição tão múltipla para construir uma narrativa que confira um mínimo de organização, ainda que sem hierarquizar sentidos. Como perspectiva, uma imagem-palavra: “[...] é preciso fazer território no cruzamento das disparidades, suportando as tensões, as indiscernibilidades, o afrouxamento da moral binária.” (FONSECA, 2011, *on-line*).

A psicanálise reitera a potência intrínseca ao conflito e, muito mais do que resolvê-lo, instiga-nos à constante reinvenção dos movimentos necessários para lidar com as forças que se relacionam, numa operação de resto sempre diferente

de zero. A condição do humano é da impossibilidade do equilíbrio absoluto. A marca da diferença é o que nos funda como sujeitos e nos condena a uma certa solidão, ao mesmo tempo que nos obriga a construir pontes-nexos-conexões para escapar desse isolamento que seria mortífero. Para existir é preciso modular vias possíveis para as contradições, ainda que distante de uma harmonia perfeita. O conflito, tanto interno quanto na relação com o outro, caracteriza esse dentro-fora que se mistura sem deixar de sinalizar as dessemelhanças.

Relembro, então, a clássica assertiva freudiana sobre a vida psíquica do indivíduo em que “[...] o outro entra em consideração de maneira bem regular como modelo, objeto, ajudante e adversário, e por isso, desde o princípio, a psicologia individual também é ao mesmo tempo psicologia social.” (FREUD, 1921, p. 81). Retomar essa afirmação é reatualizar a importância de sustentar a atenção e o pensamento crítico em relação ao contexto social (de) que se ocupa.

No espaço da clínica analítica, estamos com a escuta voltada para o que há de mais particular na constituição das subjetividades. E, se considerarmos que o aparelho psíquico é força motriz e resultante das inscrições inicialmente de um outro, em cujo imaginário está marcado o social, portanto a castração, é desde os primeiros instantes que o enredo cultural faz também marcas no que tomamos como psiquismo. Por isso a relevância de se considerar os atravessamentos políticos que percorrem, escapam – e mesmo se produzem – nesse fluxo interminável de movimentos que dobram e desdobram sujeitos e tecido social.

Portanto, se o território clínico privilegia a singularidade em suas manifestações inconscientes, é porque opera justamente no entrelaçamento da experiência única originada nos enredos familiares que, no entanto, se alicerçam num solo de coletividades onde imbrincam-se íntimo e impessoal. E, ao seguir esse trajeto, podemos então pautar a questão da ética em psicanálise.

Conforme Kehl (2002), são pelo menos duas as concepções acerca das quais nos interessa abordar tal temática. A primeira diz respeito aos atributos que conferem à determinada prática ser qualificada como psicanalítica e que colocam, dessa forma, a ética em sua acepção de código, numa justaposição à técnica.

Nessa construção, depreendemos alguns marcadores: trabalhar com a transferência/resistência, ter como fundamento a ideia de inconsciente, as pulsões e a

sexualidade infantil. Assim, no tablado psicanalítico, há um sujeito do inconsciente que sofre e busca, pela escuta de um outro, possibilidades para uma via substitutiva que, na dinâmica da transferência, permita tornar história o que ainda não se pôde esquecer, e, portanto, não cessa de se reatualizar a cada repetição. Através da fala, em livre associação, o estatuto de passado ganha espaço e, ao quedar nesse outro tempo, pode ser resgatado como recordação. Na sequência desses movimentos, completa-se o ciclo (ou a torção de uma espiral), quando outros arranjos, mais livres, múltiplos e criativos, podem ser elaborados. Do lugar do analista, podemos dizer que – como regra primordial – é imprescindível que se coloque abstinente e apenas (ainda que tal operação não seja simples) dê passagem ao material inconsciente – infantil e recalcado – pelo manejo das resistências.

Podemos tomar o constructo da abstinência em sua condição de fronteira na travessia da questão da ética como técnica para sua aceção como categoria de uma tomada de posição de ordem política. É por um viés de neutralidade, que encerra no enquadre do consultório particular seu limite de atuação, que muitos psicanalistas entendem a prática clínica circunscrita unicamente ao espaço privado e não reconhecem qualquer responsabilidade social. Numa compreensão diversa, defende-se que, apesar de a ferramenta da abstinência constituir-se como pré-condição do tratamento psicanalítico, não é ela o operador da relação do psicanalista com o mundo, de tal forma que o desvincule de sua responsabilidade como cidadão (HAUSEN; CONTE, 2009).

Ao situar o segundo modo de tratar a dimensão da ética em psicanálise, Kehl (2002) alia-se a esse posicionamento e o reivindica como imprescindível em contextos como o atual, em que se revela uma crise dos pressupostos éticos, repercutindo na intensificação de sintomas sociais alarmantes. Tal abordagem instiga o resgate do advento da psicanálise em suas consequências no campo da ética, a partir da descoberta das determinações inconscientes da ação humana. Sabemos que as ideias psicanalíticas promoveram uma virada na tradição da moralidade vitoriana, anunciando o nascimento de um sistema de pensamento de traços originais, que afirma o humano em seu vestígio mais singular.

A psicanálise, junto à sua condição subversiva – por obrigar o descentramento da razão –, investe-se desde o início com a responsabilidade de atentar para os

efeitos sociais de seus pressupostos e desdobramentos. À vista da característica que a fez nascer revolucionária, precisa seguir atenta a outros campos de saber e aos debates sobre o contemporâneo.

É nesse cenário que a psicanálise tem sido convidada a dizer dos sujeitos, do mundo – e também de si –, entendendo esse diálogo como oportunidade de, pelas interrogações, ampliar seu pensamento teórico-clínico. Para tanto, como psicanalistas, é preciso recusar a sujeição alienada a conceitos e técnicas, sob pena de permanecer e atuar num modelo narcísico que leva, pela universalização, a uma desmentida das diferenças.

Com nossas falas e fazeres, produzimos modos de subjetivação que tecem realidades e, assim, é preciso o comprometimento ético, engajado e responsável com a radicalidade da premissa de que não há – no que concerne à corporalidade do desamparo da vida humana – separação possível entre individual e social.

“Não é de se espantar que não existam dois historiadores ou dos clínicos que tenham a mesma experiência, e que discussões sem fim sejam frequentes à cabeceira do doente.”

(Paul Veyne)

3 GRITO: MULHERES, RAÇA E CLASSE – ATIVISMOS NA CLÍNICA DO CONTEMPORÂNEO

*“Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra [...].”*

(Deivid Domênico, *et al.*)

Invoco o título do famoso livro, *Mulheres, raça e classe*, da ativista Angela Davis (2016) como um anúncio em que se conjugam muitas das pautas de reivindicação de igualdade de direitos que atualmente figuram nas expressões de movimentos sociais, seja em coletivos e atos organizados, seja na cotidiana conduta

militante de afirmação da diferença das identidades ditas desviantes. Comum a todos eles, segue-se, como um *slogan*, o pedido pelo direito de existir.

Como postulado por Freud no texto sobre o *Mal-estar na civilização* (1930 [1929]), a luta entre civilização e barbárie nunca cessa de se atualizar. O mal-estar gerado pela entrada do sujeito no pacto social sempre deixa um resto e um rastro que requer atenção e regulação permanentes. Assim, quando sujeitos identificados com certos grupos clamam pelo fundamento da vida, não podemos obstruir nossa escuta ao sofrimento – de diversas ordens – que a radicalidade dessa ameaça desencadeia. Se a psicanálise inaugura-se justamente ao voltar a atenção ao que tinham a dizer as históricas, pode-se depreender a relevância de dar a devida escuta às vozes silenciadas.

Smith-Rosenberg (1986² *apud* APPIGNANESI; FORRESTER, 1996) assinala em concordância com os achados freudianos:

[...] a mulher subordinada ao pai a quem devia obediência e a quem podia até odiar, mas que, sobretudo, era alguém a ser respeitado. Em nome desses sentimentos, muito seguidamente a jovem negava-se o direito de desfrutar do seu próprio corpo e do corpo do outro amado. A emoção do prazer, o uso do corpo como fonte de excitabilidade era muito frequentemente contido em nome da entrega de um corpo virgem, nunca antes maculado àquele a quem amava; o homem, em respeito à mulher amada, não a tocava sexualmente o que faria com que perdesse o respeito que o social impunha, precisando abrir mão da realização de um desejo da ordem do sexual para respeitar este mesmo corpo, o corpo daquela que seria esposa e mãe. Por ordem de alguém, ou por ordem de um ideal social, abria-se mão do sexual (APPIGNANESI; FORRESTER, 1996, p. 84, tradução nossa).

Sara Ahmed (2014) traz a ideia de autocuidado como ato político, em que cuidado compreende as dimensões da saúde física e mental, das redes de relações,

2 SMITH-ROSENBERG, C. **Disorderly conduct**: visions of gender in Victorian America. Oxford: Oxford University Press, 1986.

da segurança digital e dos territórios. Suas ideias podem ser vistas como alinhadas às discussões sobre o que atualmente poderia se chamar necropolítica, tese desenvolvida por Achille Mbembe (2018), que recupera a formulação foucaultiana de biopolítica, mas acentua uma torção na ideia de que o poder, nos modos presentes de organização, atua de forma a fazer morrer alguns corpos específicos. A teórica e ativista do movimento feminista deixa-nos um recado:

[...] a luta pela sobrevivência é uma luta cotidiana e uma batalha política para os que não foram destinados a viver [...] Ter um certo corpo, ser membro de um certo grupo pode ser uma sentença de morte. [...] Quando não se deve viver, sobreviver é uma ação radical, uma negativa à não-existência (AHMED, 2014, *on-line*, tradução nossa).

A discussão sobre as chamadas minorias é um campo fértil ao exercício ético do pensamento psicanalítico. Nesse debate sobre as pautas identitárias, podem alguns posicionamentos apontar o caráter narcísico para desqualificar tais contestações ao reduzi-las a um lugar de queixa ressentida, que se alimenta de uma mágoa infantil, a qual se recusa a ser esquecida. Num outro viés, porém, há a compreensão de que se colocam disparos imprescindíveis, posto que, no contemporâneo, percebe-se uma fragilização dos processos identificatórios, quadro em que, pela carência do olhar do outro, o vazio se instala e o sujeito não consegue se sustentar psiquicamente.

Freud (1926 [1925]) pontua que o estado de desamparo é seminal à condição do trauma. Logo, o primeiro momento de identificações é fundante de um modo possível de estar no mundo. O crucial é que quaisquer dessas marcas fundantes sejam efetivadas por um outro que traga, em si, a marca da castração, pois só assim há o reconhecimento da diferença e a possibilidade de abrir espaço para as singularidades.

Pelas operações de deslocamento, um dos caminhos pulsionais possíveis, passamos a ter mais autonomia e liberdade, o que permite que as escolhas não estejam subjugadas às marcas fundantes de um outro. Entretanto, caso essa condição não se efetive e o movimento se estanque, na obliteração do diferente, pela repetição de palavras de efeito e imagens totalizantes, e o grupo não possa suportar a tensão

com o individual, ficam instauradas as condições para a instalação da massa acéfala, como bem descrita por Freud em *Psicologia das massas e análise do eu* (1921).

Podemos pensar que a expressão mais frágil do humano diz de seu desamparo, que é constitutivo – paradoxalmente – de sua humanidade e de onde desliza sua capacidade criativa, a começar pela linguagem. Aqui talvez nos interesse perguntar o que pode a clínica psicanalítica no cuidado desse sujeito que nos endereça a singularidade das narrativas a respeito de seu sofrimento situado nas sobreposições dos arranjos culturais de seu espaço-tempo.

À psicanálise, portanto, é importante uma reflexão acerca dos efeitos de sua práxis – discursos e práticas – na construção de realidades. Não podemos deixar de ouvir as vozes que contestam os usos de algumas teorizações psicanalíticas acerca de como podem contribuir para a patologização de comportamentos, bem como para reforçar condutas de segregação e discriminação, negligenciando a violência a que alguns grupos estão submetidos em práticas cotidianas, que intensifica/amplifica os registros do sofrimento psíquico. Dunker (2015) abaliza a importância desse alerta que nos provoca em nosso campo do saber desde o momento dos percursos formativos.

O diagnóstico não é só uma decisão clínica, científica ou técnica. Ele é, e sempre foi, um tema político. É por isso que exige meios públicos de justificação, como a ciência, a universidade, as políticas de saúde e – por que não – a responsabilidade pública das instituições de psicanálise (DUNKER, 2015, p. 402).

Por conseguinte, atualizando o que a psicanálise entende por clínica, em sua potência transgressora, temos uma perspectiva que nos capacita, como analistas, a perceber, sinalizar e agir “[...] nas formas sutis de preconceitos – de classe, de raça ou de gênero – presentes nos mecanismos institucionais que se efetivam por práticas ditas científicas que fazem recair sobre indivíduos os acontecimentos, desvinculados de sua história pessoal, social e política.” (KEHL, 2016, p. 8).

Nesse sentido, ao escutar os movimentos feministas, LGBTQI+, o movimento negro, do povo indígena, dentre outros, segue-se o traçado freudiano de

dar visibilidade e garantir alguma existência, ao dar voz às demandas até então silenciadas de muitas mulheres que padeciam privadas do acesso à pólis. Freud esteve atento ao sofrimento cronificado e intensificado pela impossibilidade de manifestar as angústias derivadas, em parte, dessa reclusão à casa quase como cárcere e com o silenciamento de suas expressões como participantes da vida pública.

Depreende-se que, para a psicanálise, não é a natureza do acontecimento que produz o trauma, mas a impossibilidade de elaboração por parte do sujeito. O que é vivido como excesso pulsional, que nos relança ao horror do desamparo inicial, pode escoar por vias nas quais as palavras se colocam como contornos por onde deslizar tais afetos, que, em desmedida, podem ser brutais. Apenas na cultura, essa operação torna-se possível, pela experiência construída no endereçamento a um coletivo que compartilhe os mesmos signos.

É a fala e a escuta que nos retira do assujeitamento ao evento traumático e que garante a retomada de uma posição ativa sobre si. Resulta daí a responsabilização como alternativa progressista à paralisia decorrente da culpa ou da vitimização. Colocar-se como responsável encerra os rendimentos narcísicos de uma condição vitimada e abre caminho para o trabalho psíquico que libera o sujeito à autoria mais criativa para seu percurso. O pressuposto de que o mal-estar é decorrente dos pactos sociais estabelecidos fundamenta uma clínica na qual a posição de psicanalista é não apenas de reflexão e produção de conhecimento, mas que tem reflexos (de intervenção) na esfera pública, ainda que abstinente na escuta do inconsciente (KEHL, 2016).

Há um sujeito, essa é a aposta psicanalítica. E, na atual fase de acumulação capitalista, ordena-se que o sujeito se faça coisa para o funcionamento da ordem econômico-social e política, negado em sua posição desejante. É nessa dimensão que a escuta psicanalítica pode contribuir para a emergência de um sujeito que se separa dessa ordenação, para comparecer como quem questiona essa ordem e se movimenta criando ações de transformação; nessa dimensão é reconhecendo-se como falta-a ser que a alteridade, a diferença, não é significada como ameaça, mas como encontro, com o qual se faz o novo (ROSA, 2016, p. 197).

Abrir-se ao encontro, à circulação da palavra e dos lugares estabelecidos, impulsiona-nos à afirmação dos paradoxos, do direito ao contraditório e das dissimetrias como molas propulsoras de arranjos mais arejados e coloridos de vitalidades. Não podemos esquecer que a fixação em dinâmicas identitárias também pode nos aprisionar como psicanalistas e asfixiar nosso pensamento pela crença numa única verdade. Freud reiteradamente tratou de afastar uma postura dogmática. Nas cartas³ que escreveu ao Pastor Pfister, manifestamente diz que o texto sobre a análise leiga deveria servir para proteger a psicanálise dos médicos e que o escrito sobre o futuro de uma ilusão tratava-se de um alerta a respeito dos padres. Dessa forma, é preciso entender esse sistema de pensamento em sua permeabilidade e transitoriedade para compreender as manifestações inconscientes nos mais variados contextos.

Sem incorrer, portanto, na ilusão de acomodar ou aquietar completamente as interrogações suscitadas pelas críticas à psicanálise ou silenciar alguns ruídos que colocam em questão nossas práticas e discursos, a aposta é no que disso é possível derivar em novas composições e na vontade alegre de que dessas se possa desfrutar algum canto e, num outro tempo, quem sabe, improvisar alguma dança.

*“Cantamos porque el grito no es bastante
y no es bastante el llanto ni la bronca
cantamos porque creemos en la gente
y porque venceremos la derrota”*

(Mario Benedetti)

4 FÔLEGO: AS CLÍNICAS PÚBLICAS E O MITO DO FREUD “APOLÍTICO”

“Meu interesse após ter feito um longo détour pelas ciências naturais, medicina e psicoterapia, retornou aos problemas culturais que me haviam fascinado muito tempo antes, quando eu não passava de um jovem com idade suficiente apenas para pensar.”

(Sigmund Freud)

3 Há uma extensa troca de correspondências entre os dois intelectuais que foram reunidas em obra organizada por Ernst L. Freud e Heinrich Meng (2009).

É notório o grande apreço que Freud tinha por extensas caminhadas pelas montanhas. De modo algum, no entanto, a construção de seu sistema de pensamento foi de alguém isolado no topo desses montes. Pelo contrário, toda sua obra foi forjada por um homem engajado com as questões da sociedade em que estava inserido e muito atento aos acontecimentos políticos de seu tempo.

Ainda mais conhecida que a história de sua predileção pelas colinas, sabemos – e como já citado neste escrito – que um dos pontos da origem da psicanálise diz do encontro de Freud com as mulheres cujos corpos padeciam de paralisias e conversões. Ao dar passagem às vozes dessas mulheres, Freud descobre que seus sintomas derivavam de encenações de um psiquismo adoecido em virtude da forte repressão da sexualidade. Nesse postulado, também denuncia a fragilidade encoberta da estrutura familiar burguesa, criada, no contexto da sociedade moderna, a fim de estabilizar as aparências que os membros apresentavam uns aos outros. Estabilidade entendida como fundamental para as relações no domínio público. Participante desse enredo, a histeria pode ser vista como uma espécie de rebelião, pois é a expressão do sentimento involuntário, da complexidade e do inespecífico, já que a causalidade-efeito não se conseguia situar num diagnóstico médico. Portanto, escutar essas pacientes e atribuir legitimidade a suas falas implicava expor os conflitos internos da instituição familiar, organizada para guardar os segredos da intimidade e, assim, ocultar a turbulência que a ordem social intencionava controlar (PASSOS; BENEVIDES, 2004).

Neste ponto, começamos a encaminhar o desfecho de nosso percurso de escrita. Das categorias que nomeiam o famoso livro de Angela Davis (2016), por ora, ao que menos se referiu no subtítulo anterior foi à proposição da categoria de classe. Sabemos que, dentre as inquietações com a psicanálise, um dos pontos criticados acerca da prática analítica é a visão de que sua clínica é elitista e restrita à burguesia. Ocupar-se de como repercute a questão do valor do dinheiro e do custo – monetário – é imprescindível quando se trata de pensar como expandir o acesso à análise. Ao assumir que o espaço da clínica psicanalítica é relevante para a atenção e o cuidado em saúde mental, sequestrar – em virtude da impossibilidade de pagamentos de alto preço – o direito a esse espaço de cuidado da maioria da população precisa ser colocado em questão.

Mesmo que haja iniciativas variadas⁴ que se implicam com a expansão dos espaços de atuação da psicanálise, bem como com a ampliação de seu alcance às mais múltiplas parcelas da população, não podemos afirmá-las como pertencentes a um movimento consolidado dentro da psicanálise. Não ainda, ao menos. E talvez não seja preciso. A dimensão de ser bloco precisa ser olhada com cuidado, talvez essas golfadas de ar, esses vagalumes que iluminam em intermitências pequenos espaços, sejam tão ou mais potentes. Mas, é preciso investimento para que se expanda e se encontre com um número muito maior de pessoas que padecem neste mundo e que se beneficiariam do trabalho analítico.

Coimbra (1995), ainda que expressamente anuncie não ter a intenção de fazer história da psicanálise, no segundo capítulo de seu livro, resultante de sua tese de doutorado, fala sobre as práticas psicanalíticas nos anos 70 no Brasil. Segundo a pesquisadora, é nesse período em que a psicanálise se fortalece como campo de saber, especialmente em cima do que coloca como “crise da família moderna”, e acaba por operar agenciamentos que deslocam os problemas de aproveitamento escolar para os de harmonia familiar. Nesse contexto, denuncia que o protagonismo assumido pelos psicanalistas no circuito escola-família não teria sido desinteressado e teria encontrado terreno fértil para uma prática privatista e elitista ao se naturalizar a precariedade e ineficiência do serviço público. A ideia de uma psicanálise forjada como privilégio de poucos seria, aí, reificada. Conforme a autora, nas suas entrevistas com membros de sociedades psicanalíticas, aparece explicitamente a afirmação de que, por se tratar de estabelecimentos privados, a discussão sobre os altos preços da formação e do tratamento figuraria como algo demagógico. Pela lógica liberal, há, então, o direito de cobrar caro.

Seguindo com o analisador do dinheiro, ela amplia sua pesquisa e examina toda uma gama de tensões e disputas discursivas que envolveram especialmente as Sociedades Psicanalíticas do Rio de Janeiro e de São Paulo, tanto em acordos e dissidências internas quanto em rompimentos e aproximações com instituições

4 Para citar apenas alguns exemplos, dentre outros, na cidade de Porto Alegre: Clínicas – escolas de atendimento psicológico vinculadas às universidades, como as da UFRGS e PUC; Parceria do Projeto PESCAR e CEPdePA, com atendimentos aos jovens participantes do PESCAR; Casa dos Cata-Ventos: parceria do Instituto de Psicologia da UFRGS e o Instituto APPOA; Clínicas do Testemunho, junto à Comissão Nacional da Verdade, encabeçado inicialmente pela Sigmund Freud Associação Psicanalítica de Porto Alegre.

internacionais, colocando holofotes para a vontade de poder que tais relações revelam. Entretanto, mesmo bastante crítica ao modelo e aos efeitos do percurso da psicanálise pelo solo político/socioeconômico brasileiro, Coimbra (1995) faz questão de nomear iniciativas que destoavam desse formato hegemônico de praticar a psicanálise: Instituto de Medicina Psicológica, Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, Clínica Social de Psicanálise.

Apesar de todas as ilusões e ambiguidades assinaladas, é importante que se resgate esse lado corajoso de muitos analistas da Clínica Social: uma face bonita, de desprendimento, de solidariedade humana que, em muito, ajudou a algumas pessoas marcadas a ferro e fogo pelo regime militar como portadoras da peste (COIMBRA, 1995, p. 115).

Num artigo sobre a história da psicanálise em Porto Alegre, Gageiro e Torossian (2014) trazem, também, apontamentos que geram discórdia entre grupos de psicanalistas, o que acarreta movimentos disruptivos dentro de muitas instituições, os quais acabam por promover a criação de novos arranjos para agrupar os dissidentes. Novamente, neste texto, aparece a problemática do acesso ao tratamento psicanalítico, notadamente difícil para as classes populares. Conforme as autoras, o *Simpósio Alternativas no espaço Psi*, organizado pelo grupo Embrião do Centro Acadêmico da UFRGS, teve como painelistas Hélio Pellegrino e Gregório Baremlitt e contou com um número aproximado de mil pessoas. Os palestrantes, radicados à época no Rio de Janeiro, trouxeram à agenda de discussões dificuldades enfrentadas durante a ditadura civil-militar e a preocupação com o caráter democrático da psicanálise, reivindicando a necessidade de que houvesse um compromisso maior com a expansão da escuta psicanalítica ao sofrimento da enorme camada de cidadãos de renda mais baixa.

Seguindo essa linha, chegam ao final do artigo recontando a histórica luta do movimento de trabalhadores em saúde que conquistou a implementação do Sistema Único de Saúde – o SUS. Muitos psicanalistas integraram e participaram ativamente dessa articulação e, assim, passaram a ocupar o espaço nessa nova política pública. Como consequência, o saber da psicanálise passou a ser oferecido

tanto diretamente nos consultórios e espaços de cuidado em saúde mental como na gestão de ações dessa virada paradigmática no modo de entender e operar a saúde coletiva.

Hélio Pellegrino (2004), citado em muitos dos documentos e referências anteriores, é enfático ao assumir uma posição acerca do fator socioeconômico como algo necessário de ser levado em conta ao refletir sobre a atividade – e atitude – clínica. Para esse militante e psicanalista, o processo e o encontro psicanalíticos são acontecimentos plenamente sociais e participam de um momento histórico determinado, embora o material com que trabalha a psicanálise seja a íntima e intransferível história de cada pessoa que se constrói, não obstante a partir de um tecido social, de cujo recorte emerge e no qual se inscreve o sujeito.

Se em meu consultório de psicanalista não atendo nenhum operário, isso não se deve, obviamente, a qualquer fato de natureza científica. [...] não estou [...] a fazer apenas ciência. Também discrimino, também excluo, também construo uma prática social, de acordo com as hierarquias, divisões, exclusões, crueldades e violências da sociedade à qual pertença (PELLEGRINO, 2004, p. 167).

Em um contexto socioeconômico, em que tantas pessoas vivem nas margens, refugiadas, exiladas, com seus direitos sequestrados e submetidas a tantas violências por suas posições precárias no jogo do consumo, existe a urgência de tirarmos o tema do dinheiro do silêncio e do segredo que guarda a estabilidade e tão bem serve a muitos interesses de algumas de nossas instituições psicanalíticas e de nossa arquitetura social.

Portanto, considero um respiro o livro *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social, 1918-1938*, da pesquisadora Elizabeth Ann Danto (2019), que recupera a história do movimento psicanalítico, especialmente no período entreguerras, sob um viés progressista, o qual desconstrói, alicerçado em um consistente material, o mito “apolítico” do criador da psicanálise.

Elizabeth Ann Danto (2019) mostra um Freud muitas vezes negligenciado

em seu engajamento com as causas da social-democracia na Viena Vermelha,⁵ que não só teorizava sobre o psiquismo humano a partir do engendramento indissolúvel indivíduo e sociedade, como incentivava e articulava ações voltadas ao atendimento das classes mais baixas. A autora nos apresenta um grande número de escritos em que podemos encontrar o legado freudiano nas ideias seminais de cada uma das experiências narradas acima e anunciar com cada vez mais propriedade a certeza de que é possível uma clínica-política de abordagem psicanalítica. Ou melhor: sempre foi.

Pode-se notar, seguindo ainda as referências das pesquisas de Danto (2019), que já no discurso de 1918 no *V Congresso Internacional de Psicanálise*, em Budapeste, bem como no texto *Linhas de progresso na terapia psicanalítica* (1919), o empenho de Freud em tornar a psicanálise acessível a todas as camadas da população e em expressamente defender que houvesse tratamentos custeados pelo Estado ou que fossem disponibilizados gratuitamente, enquanto o governo social-democrata não tivesse despertado para a relevância e pertinência desse serviço de atenção em saúde. Conforme Rosa (2016), na primeira e na segunda gerações de analistas, havia a constante preocupação de expandir o acesso à análise a toda uma gama de pessoas que não tinham condições de frequentar os consultórios, criando espaços para uma clínica em que o tratamento psicanalítico pudesse ser gratuito.

Nosso atual contexto histórico não nos deixa muitas escolhas, pois coloca como inexorável a necessidade de um olhar que tenha um alcance além das nossas instituições e para fora da classe social de seus membros. Broide (2019), no prefácio que apresenta o livro sobre as clínicas públicas ao público brasileiro, sustenta que tal material tem grande valor por trazer – aos psicanalistas engajados – o conforto e o amparo de herança e filiação freudianas, que sempre estiveram presentes em nossos percursos, mas de uma forma fragmentada e, em muitos momentos, sem (o registro das) palavras.

Novamente com Ahmed (2014), podemos refletir sobre as dinâmicas dos privilégios que, como bem coloca a autora, é uma “zona cinzenta”. Nesse cinza,

5 Depois da Primeira Guerra Mundial, até o início dos anos 30, o partido social-democrata (na época de orientação progressista e de inspiração marxista) chegou ao governo de Viena e iniciou um projeto de reformas sociais e de garantia dos direitos fundamentais.

podemos pensar a mescla de cores. Colorações que anunciam diferenças, nas peles, na bandeira do arco-íris, do verde ou vil metal. Não se trata de dizer que não há vulnerabilidade alguma em cada uma das pessoas de todas as camadas sociais, pois, em todas as vidas, está presente o desamparo constitutivo, intrínseco ao humano. No entanto, em relação aos custos da vulnerabilidade, é fundamental que se percebam as condições discrepantes. O privilégio verifica-se em, quando as coisas dão errado, ter mais chance – e quanto mais desigual a sociedade, maior o desequilíbrio – de ser protegido.

Reafirma-se, dessa forma, o quanto a garantia de acesso a um espaço de cuidado coloca-se como dispositivo participante de uma rede de justiça social. Temos o dever de mexer nesse pó, nessas cinzas, nesse assunto sempre tabu que é o dinheiro e que, se a equação freudiana ainda é reivindicada em sua validade, diz de nossos rejeitos/dejetos. Não se trata de ser tomado pela culpa, mas de agir de forma implicada atentando para a responsabilidade (social). Reconhecer os próprios privilégios para que o silenciamento não perpetue a lógica que produz uma sociedade excessivamente desigual. Num tempo em que se mostra bem atual a discussão sobre civilização e barbárie, lembremo-nos de que o pacto civilizatório obriga-nos a abrir mão de uma quantia de felicidade. Não obstante, numa sociedade em que a promessa do gozo narcísico é a ordem, é difícil ceder da vontade de reinarmos absolutos no trono.

“O saber a gente aprende com os mestres e os livros. A sabedoria se aprende é com a vida e com os humildes.”

(Cora Coralina)

5 RESTOS: POR FALAR...

“Palavra também é coisa – coisa volátil que eu pego no ar com a boca quando falo.”

(Clarice Lispector)

Porque tudo é transitório, temos de aprender que os finais são apenas pontos de transição para outras inéditas origens. Em geral, interrogações que caem ao aparar arestas, algo que sobra, se arrasta, deixa rastro. O que fagulha agora talvez

ilumine algum futuro, como a luz das estrelas que só nos chega – como presente – tão depois. Assim, meus rascunhos, de tantos caderninhos passados, impuseram voltar-me às questões que hoje conduzem o tema deste escrito e que, neste momento da formação, impulsionam o trabalho, o investimento. Lógico, à luz e pelo amor à psicanálise.

Retomo aqui a linha que me propus ao longo deste trabalho, embora as digressões - fruto da associação livre – passem por pontos que quedam, como fixações demandando escuta. Garantir a ampliação do acesso à clínica psicanalítica também é assegurar que as mais diversas narrativas imprimam suas vozes numa memória compartilhada. Por esse caminho, afasta-se o perigo da história única e afirma-se a escuta em psicanálise como a da radicalidade do singular que é marcado, paradoxalmente, pela multiplicidade das redes e dos arranjos coletivos em que se inscreve e dos recortes da cultura de onde emerge. Somos forçados, com essa proposição, a insistir que a posição do analista é de devir e de deriva no movimento que tenta incessantemente equalizar o conflito deambulante entre abstinência e cidadania.

O compromisso de psicanalista-militante surge nesse momento como recusa à ortodoxia de normativas que sequestram os sonhos e as liberdades pelo silêncio que se torna cúmplice quando se coloca neutro diante de alguns perigos. Habitar os paradoxos é considerar o pressuposto democrático, condição imprescindível à sobrevivência da psicanálise, em que as divergências não podem ser caladas e devem entrar em debate sem o risco de aniquilamento do oponente.

Porque a vida nos chega também com caráter de obrigação – e Freud (1915) insiste no mandado de que suportar a vida é o primeiro dever dos vivos –, a linguagem é um meio pelo qual tentamos dar conta dessa conflitiva. Ainda assim, há um número limitado de palavras a que estamos submetidos como indivíduos. Por outro lado, a capacidade criativa da fantasia humana é desmedida. Ao abrirmos mão de um todo de liberdade individual – que talvez poderíamos chamar de tirania –, ganhamos o direito a participar de um coletivo, que nos permite provar de uma promessa de infinito, de imortalidade.

Se deslizarmos para a psicanálise o tensionamento gerado pela ideia de necropolítica e entendermos vida e morte do ponto de vista simbólico, retomare-

mos a pergunta no estatuto de quem pode ou não ser escutado. No contexto da prática analítica, campo privilegiado das formações do inconsciente, todo dizer é legítimo, todos têm direito a contar e recontar suas próprias trajetórias. Acolher as dissonâncias e abrir espaço para outras produções mesmo diante da crueza de algumas vidas também é papel de quem se ocupa desse ofício que é o psicanalisar. A reação analítica baseia-se no amor à verdade, e talvez seja este um dos pontos que leva Freud (1937) a considerar o analisar como uma das tarefas impossíveis, junto ao governar e ao educar.

De todo modo, esse amor à verdade, ainda que cego à impostura constitutiva do elo analista-analisando, é o que move o processo analítico. Nesse encaço, ressurgem agitações que perpassam espaços marginais deste escrito. Pode parecer casmurra a conduta de voltar à questão do dinheiro em psicanálise. No entanto, considero analiticamente pertinente problematizar esse assunto, visto que tão pouco se fala e se escreve sobre isso. Onde há evitação, há segredos que podem levar à atuação do desejo, nesse ponto, do analista.

Pouco se encontra na literatura psicanalítica a respeito do dinheiro. Parece que há um conforto em alienar-se numa certa lógica que encerra tal negociação num tempo isolado da relação analítica, o do contrato, dessa forma tomado como um à parte, regido pelas leis do mercado. Esse modo isenta o analista do contínuo trabalho de pensar sobre o lugar em que está inserido e desde o qual pode intervir (NAZAR, 1989).

Em alguns artigos que tratam do pagamento,⁶ aparece a importância do dinheiro como inscrito na operação simbólica, que faz a função de corte na relação imaginária passível da situação analítica. Para Brasil (1989), embora este seja um caráter imprescindível para o bom andamento da análise, esgotar a problematização da temática nesse argumento retira a psicanálise de uma ética que lhe é própria e entranhada pelas leis do Inconsciente. O dinheiro, assumido nessa formulação como resto, só ganha a possibilidade de sentido na metaforização produzida no processo.

Birman (1989) aponta que a psicanálise não é uma profissão como as outras, ainda que seja uma modalidade de trabalho regulada socialmente. Critica, então,

⁶ Para indicar alguns, temos: Santos (2010); Rocha (2012); Quinet (2017).

a lógica que coloca a questão do dinheiro como externa ao processo de cada análise onde a artesanialidade das singularidades não podem ser negligenciadas, como acontece nas dinâmicas pasteurizadas, herdadas da medicalização e americanização da psicanálise.

É curioso como quase todos os textos referem o escrito freudiano de 1913, *Sobre o início do tratamento*, que contém uma recomendação acerca do pagamento das sessões, mas nenhum deles cita outra formulação posterior, quando em 1918, justamente sob o título de *Linhas de progresso na terapia psicanalítica*, postula sobre a importância da gratuidade do tratamento aos que não podem frequentar os consultórios particulares. Registre-se que Freud, desde muito, já se ocupava de vários casos em que pouco ou nada cobrou.⁷

Coutinho (1989) faz aparecer outro ponto que atravessa o valor cobrado na análise e que diz do custo de se tornar analista. Ilumina, a partir dessa consideração, outros campos a serem examinados que tratam da formação em psicanálise. Quem tem acesso à posição de psicanalista e, assim, assume a autoria dos discursos e práticas desse saber? Sabemos que um percurso formativo em psicanálise é inviável economicamente à maioria das pessoas e, portanto, muito pouco do universo simbólico das classes populares entra nos ambientes de discussões e construções técnicas e teóricas em psicanálise (FERNANDES; LIMA, 2019).

Se a psicanálise é litoral de ciência e arte, precisamos compor cenas cada vez mais múltiplas, na aposta da afirmação das diferenças como horizontes possíveis, como horizontalidades que coabitam discursividades paradoxais, num mosaico de elementos, de matrizes e matizes diversos, indissociáveis e singulares. Por esses traços, o momento de concluir é conduzido pelo samba, mistura de harmonia e ritmo, numa alegoria de brasilidade.

Na música *Cada lugar na sua coisa* (1976), chiste que convida a outras tramas, a inventar novas danças e, assim, liberar o passo, o poeta relembra: “Um livro de poesia na gaveta não adianta nada / Lugar de poesia é na calçada / Lugar de quadro é na exposição [...]” (SAMPAIO, 1976). Ao fim da canção, um chamado

7 Já citado acima, Isidoro Eduardo Americano do Brasil (1989) registra em seu texto alguns desses episódios em que Freud atendeu de graça ou cobrando uma quantia ínfima. O autor cita, dentre outros, Catarina, a jovem garçonne do hotel e também Lucy, a governanta inglesa.

que, nestes tempos, retoma ainda mais sua vitalidade: “Aonde vai o pé arrasta o salto / Lugar de samba enredo é no asfalto / Aonde a pé vai se gasta a sola / Lugar de samba enredo é na escola”. (SAMPAIO, 1976).

Já passou da hora de ouvirmos as Marias, Mahins, Marielles, malês. Também nossas escolas de formação psicanalítica, bem como todos os espaços em que se faz psicanálise precisam visitar seus porões, mesmo que com isso acordemos alguns demônios. A história da psicanálise, como a vida, é imbricada na contingência do conflito, da ambivalência, do paradoxo. Que estejamos abertos e dispostos a habitar todos esses territórios, em suas encruzilhadas. Porque é na luta – com e pela palavra – que a gente se encontra.

“Eu amava aqueles livros americanos e britânicos que lia. Eles despertaram minha imaginação. Abriram mundos novos para mim, mas a consequência não prevista foi que eu não sabia que pessoas iguais a mim podiam existir na literatura. O que a descoberta de escritores africanos fez por mim foi isto: salvou-me de ter uma história única sobre o que são os livros.”

(Chimamanda Ngozi Adichie)

REFERÊNCIAS

AHMED, S. Selfcare as warfare. **Feministkilljoys**, [s. l.], 25 ago. 2014. Disponível em: <https://feministkilljoys.com/2014/08/25/selfcare-as-warfare/>. Acesso em: 15 out. 2019.

APPIGNANESI, L.; FORRESTER, J. **Las mujeres de Freud**. Barcelona: Planeta, 1996.

BIRMAN, J. O valor da psicanálise. In: ROPA, D.; MAURANO, D. (coord.). **Agenda de psicanálise**. Rio de Janeiro: Xenon, 1989. p. 227-234.

BRASIL, I. E. A. A questão do dinheiro em psicanálise. In: ROPA, D.; MAURANO, D. (coord.). **Agenda de psicanálise**. Rio de Janeiro: Xenon, 1989. p. 224-227.

BROIDE, J. Prefácio. *In*: DANTO, E. A. **As clínicas públicas de Freud**: psicanálise e justiça social, 1918-1938. São Paulo: Perspectiva, 2019. p. XIII-XVIII. (Estudos).

COIMBRA, C. M. B. **Guardiães da ordem**: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “milagre”. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995. (Cena aberta, 2).

COUTINHO, A. A questão do dinheiro em psicanálise. *In*: ROPA, D.; MAURANO, D. (coord.). **Agenda de psicanálise**. Rio de Janeiro: Xenon, 1989. p. 219-221.

DANTO, E. A. **As clínicas públicas de Freud**: psicanálise e justiça social, 1918-1938. São Paulo: Perspectiva, 2019. (Estudos).

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUNKER, C. I. L. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015. (Estado de sítio).

FERNANDES, M.; LIMA, R. A. Posfácio: psicanálise para quem?. *In*: DANTO, E. A. **As clínicas públicas de Freud**: psicanálise e justiça social, 1918-1938. São Paulo: Perspectiva, 2019. p. 389-394. (Estudos).

FONSECA, T. G. [**Correspondência eletrônica**]. Destinatário: José Mário Neves. Porto Alegre, 18 de outubro de 2011. Arquivo Pessoal.

FREUD, E. L.; MENG, H. (org.). **Cartas entre Freud & Pfister (1909-1939)**: um diálogo entre a psicanálise e a fé cristã. Viçosa: Ultimato, 2009.

FREUD, S. (1913). Sobre o início do tratamento (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I). *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 139-158. (Edição standard brasileira, 12).

FREUD, S. (1915). Reflexões para os tempos de guerra e a morte. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 285-309. (Edição standard brasileira, 14).

FREUD, S. (1916 [1915]). Sobre a transitoriedade. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 317-324. (Edição standard brasileira, 14).

FREUD, S. (1919). Linhas de progresso na terapia psicanalítica. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 173-181. (Edição standard brasileira, 17).

FREUD, S. (1921). Psicologia de grupo e análise do ego. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 81-154. (Edição standard brasileira, 18).

FREUD, S. (1926 [1925]). Inibições, sintomas e ansiedade. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 153-170. (Edição standard brasileira, 20).

FREUD, S. (1930 [1929]). Mal-estar na civilização. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 73-148. (Edição standard brasileira, 21).

FREUD, S. (1937). Análise terminável e interminável. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 231-270. (Edição standard brasileira, 23).

GAGEIRO, A. M.; TOROSSIAN, S. D. A história da psicanálise em Porto Alegre. **Analytica**, São João del-Rei, v. 3, n. 4, p. 117-144, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/analytica/v3n4/v3n4a07.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

HAUSEN, D. C.; CONTE, B. S. Escuta: quando a abstinência se constitui. **Revista do CEPdePA**, Porto Alegre, v. 16, p. 141-153, 2009.

KEHL, M. R. **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KEHL, M. R. Prefácio. *In*: ROSA, M. D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta: Fapesp, 2016. p. 07-12. (Margens: psicanálise, cultura e política).

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: N-1, 2018.

NAZAR, J. O dinheiro numa psicanálise: ou como falar da carta roubada. *In*: ROPA, D.; MAURANO, D. (coord.). **Agenda de psicanálise**. Rio de Janeiro: Xenon, 1989. p. 235-240.

PASSOS, E.; BENEVIDES, R. B. O que pode a clínica?: a posição de um problema e de um paradoxo. *In*: FONSECA, T. M. G.; ENGELMAN, S. (org.). **Corpo, arte e clínica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 275-286.

PELLEGRINO, H. **A lucidez embriagada**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004.

QUINET, A. **As 4+1 condições da análise**. 12. reimp. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

ROCHA, F. J. B. **Entrevistas preliminares em psicanálise**: incursões clínico-teóricas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012. (Clínica psicanalítica).

ROSA, M. D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta: Fapesp, 2016. (Margens: psicanálise, cultura e política).

SAMPAIO, S. (1976). Cada lugar na sua coisa. [*S. l.: s. n.*], 2010. 1 vídeo (2 min 44 s). Publicado pelo canal Alfredo Pessoa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gk0r77JTzp8>. Acesso em: 22 out. 2019.

SANTOS, S. S. O que se paga e o impagável na cura em psicanálise. **Revista do CEPdePA**, Porto Alegre, v. 17, p. 49-60, 2010.

Marcas de nacimiento, ruinas y reinvencción: rutas clínico-políticas en psicoanálisis

RESUMEN

Pensar en las vías psicoanalíticas de los pliegues de y sobre si mismo nos exige el coraje de entrar en las habitaciones vacías donde la cuestión ética a menudo descansa bajo las sábanas blancas que pretenden dejar los muebles intactos y preservar una iconografía. Pero, sin correr el riesgo de perder la pompa y el brillo, ¿es posible retirarse del silencio y llamar a quienes (re)lloran por escucha?

Palabras clave: Psicoanálisis. Ética. Clínica-Política.